

## PACHECO, CUERENEIA, FERNANDO, NYUSSI E NAMBURETE

# Ministros que caminham à margem de Guebuza

**Pacheco e Cuereña dinamizam células ao invés da governação**

O partido Frelimo oficializou em Junho passado na cidade de Maputo as primeiras células partidárias junto de instituições públicas, cumprindo deste modo com as orientações do presidente daquela formação política no poder, Armando Guebuza, e do seu secretário-geral Filipe Paúnde.

As primeiras células da Frelimo foram instituídas num acto que o próprio partido apelidou de "oficialização", no salão VIP do Aeroporto Internacional de Maputo, com a presença de destacados membros da Comissão Política, Comité Central e quadros seniores dos secretariados da cidade de Maputo e do Distrito Municipal de Chamanculo.

No total, são 122 trabalhadores e agentes de diversos serviços que actuam no Aeroporto Internacional de Maputo, que repartidos entre 10 e 15 pessoas constituíram-se em 10 células.

A Frelimo, através de Aiuba Cuereña, membro da Comissão Política, secretário para Área de Administração e Finanças e ainda ministro da Planificação e Desenvolvimento, defendeu no acto que o estabelecimento das células do partido se insere no âmbito da extensão das bases daquela formação política e consolidação dos objectivos emanados no programa de governação em curso.

### Edifício dos Aeroportos é obra da FRELIMO

#### Aiuba Cuereña

Aiuba Cuereña, ministro da Planificação e Desenvolvimento e membro da Comissão Política, fez este pronunciamento quando falava aos novos membros do partido Frelimo que em Junho passado receberam os seus cartões vermelhos de filiação, no âmbito da implantação de células partidárias nas instituições tuteladas pelo Estado, neste caso os Aeroportos de Moçambique.

"O novo edifício do Aeroporto Internacional de Maputo constitui obra de realizações da Frelimo", disse Cuereña, contrariando o pensamento de que aquele empreendimento era obra do Estado moçambicano. António Fernando apolo-

O Governo moçambicano liderado pelo partido Frelimo parece estar composto por agitadores, populistas e gananciosos. Parte dos ministros ensombram a governação de Guebuza, chegando ao extremo de confundir tudo e todos nas suas intervenções. Vejamos o quadro de algumas asneiras dos ministros de Armando Guebuza, que talguns casos e devido a perigosidade das suas acções há muito que deviam ter saído do elenco.

#### gista de novo preço do pão

Por sua vez, o reconduzido na pasta da Indústria e Comércio (MIC), António Fernando, contribuiu negativamente nos tumultos de 01 e 02 de Setembro corrente ao alegar que o Estado moçambicano não tinha em manga outra alternativa com vista a evitar o agravamento do preço de produtos básicos, com destaque para o preço do pão.

Depois daquelas violentas manifestações, o ministro António Fernando recuou ao anunciar que o mesmo Estado moçambicano iria recompensar as panificadoras e, paralelamente, anunciou a redução do preço de diversos produtos básicos, destacando-se o arroz e produtos frescos importados da vizinha África do Sul. Para quê mais comentários à volta desta ilustre personalidade?

#### Nyussi baralha mancebos

Oficiais do Comando das Unidades Cerimoniais das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) estão indignados com a chefia do Estado-Maior General, devido a falta de justificação pelo não pagamento dos seus salários que dura há quase um ano.

Trata-se de um grupo de mais de meia centena de oficiais, dentre os quais alferes, tenentes e capitães pertencentes ao Comando das Unidades Cerimoniais das Forças Armadas de Moçambique (FADM), que dizem estarem há um ano sem os seus salários referentes à categoria que ocupam agora, após que foram promovidos pelo próprio chefe do Estado-Maior General no ano passado.

Fontes ligadas àquele grupo de oficiais militares dizem não terem recebido até agora os seus salários de tenentes e capitães, e não compreendem as razões que estariam por detrás da situação.

Os militares em causa foram elevados a diferentes categorias, desde alferes, tenentes e capitães, pela Ordem de Serviço n. 0091,

SÉRIE A de 21 de Julho de 2009, assinada pelo chefe do Estado-Maior das FADM, Paulino Macaringue.

#### Garrido e medicamentos fora do prazo

O ministro moçambicano da Saúde apareceu há dias a convocar a imprensa nacional e estrangeira com propósito de convencer as populações no sentido de, segundo suas palavras, continuarem a aceitar consumir o Metronidazol Injectável e outros medicamentos fora do prazo, por alegadamente não existir nenhum perigo.

"Queremos tranquilizar os moçambicanos para que continuem a confiar no seu Ministério da Saúde, porque este é sério no tratamento da saúde dos seus cidadãos", disse Ivo Garrido.

Porém, longe de convencer, o ministro da Saúde voltou a deixar mais dúvidas no ar sobre os cidadãos, ao não explicar o lote de medicamento que foi sendo usado quando o Metronidazol Injectável 500 mg/100 ml com lote 6NEX-019 ficou fora do prazo a 30 de Novembro de 2009.

Para Garrido, o sector que dirige controla a segurança dos doentes por meio de um sistema de monitoria de reacções adversas a medicamentos.

Por isso acrescentou que "até ao momento não foi reportado nenhum problema de eficácia ou qualidade relacionado com o medicamento Metronidazol cujo prazo foi estendido".

Mas isso não constitui verdade, porque segundo as nossas fontes várias pessoas, sobretudo mulheres grávidas, já tiveram problemas e efeitos colaterais por causa da aplicação do medicamento. São casos ocorridos nos hospitais gerais da Machava, José Macamo e Mavalane respectivamente, todos eles aqui na cidade de Maputo.

#### Poupança no lugar de melhor medicação

O ministro Ivo Garrido referiu no encontro com a imprensa que o procedimento de estender o prazo de validade dos medicamentos,

neste caso o Metronidazol Injectável, "permitiu poupar ao Governo de Moçambique mais de 130 mil dólares norte-americanos".

"Este valor poderá ser usado para a compra de outros medicamentos e artigos médicos, aumentando deste modo o acesso às populações mais carenciadas", disse o ministro.

No entanto, doentes do Hospital Rural do Distrito de Alto Molócué, província da Zambézia, queixaram-se de estarem a ser servidos de comida podre, mormente farinha de milho que amarga e feijão que não coze.

O ministro da Saúde que mandou instaurar um inquérito, depois de alegações da direcção daquela unidade sanitária de que o problema derivava da falta de orçamento, considerou de "crime e negligência servir comida podre aos doentes".

Contudo, Leonardo Chavane, director nacional adjunto da Saúde Pública e porta-voz do Ministério da Saúde, escondeu o relatório do referido inquérito, apesar do ministro de tutela ter dado ordens para a sua publicação.

#### Pacheco e Khalau: a face visível da desorganização policial

A Força de Intervenção Rápida (FIR) foi cercar a casa do líder do Fórum dos Desmobilizados de Guerra, Hermínio dos Santos, depois de este ter anunciado que iria mobilizar uma manifestação.

Pelo menos 40 homens da Força de Intervenção Rápida (FIR), uma unidade de choque da Polícia da República de Moçambique (PRM), foram mobilizados para vigiar a casa onde vive o presidente do Fórum dos Desmobilizados de Guerra, Hermínio dos Santos, no bairro de Infulene "A", Município da Matola.

O Fórum dos Desmobilizados de Guerra tinha anunciado a intenção de poder vir a organizar uma manifestação que pretende vir a ser de escala nacional que, segundo Hermínio dos Santos, era para obrigar o Governo da Frelimo

a fazer algumas cedências em face das exigências que os próprios desmobilizados vêm colocando nos últimos 17 anos.

#### Detenção de Herminio dos Santos

Entretanto, o líder dos Desmobilizados de Guerra acabou sendo detido pela Polícia da República de Moçambique (PRM), depois de dias antes ter sido encarcerado na sua residência.

Anteriormente, José Pacheco, ministro do Interior, e Jorge Khalau, comandante-geral da PRM, haviam dito que a presença da Polícia em casa do líder dos Desmobilizados visava garantir a sua segurança. A máscara caiu e a mentira vingou. Em tribunal, a Polícia simplesmente foi humilhada por falta de razão.

#### Pedrito Caetano intimida jovens

Para calar os jovens para não exigirem os seus direitos, o ministro da Juventude, Pedrito Caetano, preferiu ir ao Conselho Nacional da Juventude intimidar os jovens que por lá trabalham. O ministro da Juventude e Desportos foi há duas semanas pela manhã cedo à sede do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), em Maputo, onde exigiu explicações sobre quem anda a falar na imprensa de que não se identificava com ele como ministro da Juventude.

O ministro Pedrito Caetano é citado como tendo exigido explicações se correspondiam a verdade ou não as notícias segundo as quais os jovens não se identificavam com o actual ministro da Juventude.

Como resposta, os jovens terão dito ao ministro que não compactuavam com as suas ameaças.

"Nós dissemos a ele para não nos ameaçar porque temos legitimidade pelo facto de termos sido eleitos, ao contrário dele que foi nomeado", disseram as nossas fontes, adiantando por outro lado que "dissemos ao ministro que se continuasse a nos ameaçar e a querer saber quem falou iríamos abandonar a sede do Conselho Nacional da

Juventude e lhe deixarmos sozinho, tanto que não nos tinha avisado da visita".

#### "Cahora Bassa não é nossa"

O ministro da Energia, Salvador Namburete, contrariou tecnicamente numa entrevista à Televisão de Moçambique (TVM) as alegações políticas do Presidente da República, segundo as quais "Cahora Bassa é Nossa", afirmando que "a barragem ainda não é nossa".

De acordo com as declarações do ministro Namburete, a Hidroeléctrica de Cahora Bassa "só será nossa", ou seja dos moçambicanos, quando for concluída a linha de transporte de energia eléctrica a partir da província de Tete até ao sul de Moçambique, ou seja Maputo.

"Cahora Bassa ainda não é nossa, porque a linha que conduz a energia passa da África do Sul, até chegar a Moçambique. Somente será nossa quando deixarmos de depender da África do Sul", disse o ministro quando questionado sobre as razões da subida do preço de energia eléctrica "se Cahora Bassa é Nossa".

As afirmações do ministro da Energia vêm descreditar o discurso do Presidente da República, Armando Guebuza, segundo o qual "Cahora Bassa é Nossa", ou seja do povo moçambicano, depois que foi revertida da gestão portuguesa para as mãos das autoridades moçambicanas.

A reversão daquele empreendimento para Moçambique foi considerada pelo Governo e por diversas opiniões na ocasião como sendo uma segunda conquista do povo moçambicano, depois da Independência nacional.

Dirigindo-se aos moçambicanos em 2006 após a assinatura do acordo histórico da reversão da barragem, o Presidente Armando Guebuza afirmou que o mesmo simbolizava o alvar de uma nova era para os moçambicanos, uma vez que HCB sempre constituiu para estes um assunto de âmbito nacional.

Visivelmente emocionado, o Presidente da República teria dito que o controlo da HCB pelo Estado moçambicano iria contribuir para o combate à pobreza absoluta, para a electrificação rural e para vários outros subsectores de actividade económica ligados ao uso de energia da Hidroeléctrica de Cahora Bassa.